

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Maria Margarida Renda Correia (Presidente da União das Freguesias de Querença/Tôr/Benafim);-----

1 Deputado Municipal do CDS- António José Mendes Pinto Farrajota;-----

1 Deputado Municipal do BE- Rogério Rochinha Jesus Ferreira (em substituição de Carlos José da Silva Martins);-----

Também estiveram presentes os Vereadores, Pedro Pimpão, Heloísa Madeira, Abílio Sousa, Ana Machado, Marilyn Zacarias, José Graça e Horácio Piedade.-----

Apresentaram pedido de suspensão de mandato:-----

O Deputado Municipal do PS,-----

O Deputado Carlos Filipe Gabriel de Sousa (Presidente da Junta de Freguesia de Freguesia de S.Clemente), comunicou impedimento em estar presente designando como seu substituto legal, ao abrigo do art.º 30.º, n.º3 do Regimento da Assembleia Municipal de Loulé, Luis Manuel Amélio Pinguinha.-----

O Deputado Municipal do BE, Carlos José da Silva Martins, tendo o mesmo sido substituído por Rogério Rochinha Jesus Ferreira.-----

O Deputado Independente, Fernando Domingos dos Santos, informou previamente que não iria participar na reunião.-----

Faltou sem ter apresentado justificação de falta:-----

O Deputado Municipal do PSD, Ricardo Manuel Casanova Lampreia.-----

Tendo sido verificada pela Mesa da Assembleia a existência de quórum deliberativo, o senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu início à Sessão, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

-----Ordem de Trabalhos:-----

4 - Período da ordem do dia.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

- j)- **Proposta 51/2020- Autorização Prévia dos Compromissos Plurianuais**, nos termos da alínea c) do artigo 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, na redação atual e a aprovação do **Contrato-Programa com a Escola Profissional de Alte**, nos termos do n.º 5 do artigo 47º da Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto, na redação atual; **[Proposta da Câmara Municipal n.º 1562-2020]** (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----
- k)- **Proposta 52/2020- Alteração aos Compromissos Plurianuais relativos à Empreitada de "Intervenção na Igreja Matriz de Loulé"**, conforme estabelecido na alínea c) do n.º1 do artigo 6º da Lei n.º8/2012, de 21/02, na redação atual; **[Proposta da Câmara Municipal n.º1578-2020]** (plataforma smartgov.pt);-----
- l)- **Proposta 53/2020- Informação Semestral do Auditor Externo**, sobre a situação económica e financeira, emitida pelo Auditor Externo, nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 77.º, da Lei n.º 73/2013 de 3 de Setembro na redação atual; **[Proposta da Câmara Municipal n.º 1535-2020]** (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----
- m)- **Proposta 54/2020- Não-Aceitação da Transferência de Competências** no âmbito do Decreto-Lei n.º 21/2019 de 30 de Janeiro, que prevê a transferência das competências para os órgãos municipais e das entidades intermunicipais **no domínio da Educação**, nos termos do n.º2 do art.º76.º, do Decreto Lei n.º21/2019, **[Proposta da Câmara Municipal n.º 1663-2020]** (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----
- n)- **Informação sobre a Prorrogação do Prazo do Procedimento de Alteração do Plano de Pormenor na modalidade específica do Plano de Intervenção em espaço rural do Barranco do Velho (PP PIERBV);** **[Proposta da Câmara Municipal n.º1428-2020]** (plataforma smartgov.pt);-----
- o)- **Informação sobre a resolução de expropriar no âmbito da Unidade de Execução "Eixo a Norte/Nascente de Loulé e urbanização adjacente";** **[Proposta da Câmara Municipal n.º1625-2020]** (plataforma smartgov.pt);-----
- Antes de iniciar os trabalhos, o senhor **Presidente da Assembleia**, informou as bancadas acerca dos tempos disponíveis. «o executivo municipal tem neste momento 0 minutos, esgotou o tempo que tinha, o grupo municipal do Partido Socialista tem 27



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

minutos, o grupo municipal do PSD tem 3 minutos que tinham sido cedidos pelo CDS, o BE tem 12 minutos disponíveis e o CDS tem 12 minutos disponíveis». -----

Pediu o uso da palavra, o **Deputado Carlos Costa (PS)**, que começou por cumprimentar todos os presentes e informar que o «grupo municipal do PS dispensará tempo ao executivo municipal, se assim o entender». -----

O senhor **Presidente da Assembleia**, informou que havia uma alteração de tempos. «o grupo municipal do PS passa a ter 20 minutos, a Câmara Municipal disporá de 7 minutos». -----

Passou-se à discussão da primeira alínea; -----

j)- **Proposta 51/2020- Autorização Prévia dos Compromissos Plurianuais, nos termos da alínea c) do artigo 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, na redação atual e a aprovação do Contrato-Programa com a Escola Profissional de Alte, nos termos do n.º 5 do artigo 47º da Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto, na redação atual; [Proposta da Câmara Municipal n.º 1562-2020] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);** -----

Ficou com o uso da palavra, o senhor **Vice-Presidente Pedro Pimpão**, que começou por cumprimentar todos os presentes e dizer que «sobre o ponto do Contrato-Programa com a escola profissional de Alte para os anos 2020 e 2021, referir que ele reveste-se de duas situações. Uma situação antes da alteração de estatutos, bem como a alteração orgânica da própria escola e a outra que advém e após essa alteração de estatutos que já foi aprovada aqui nesta Assembleia, bem como a alteração orgânica da própria escola. Sobre esses detalhes, poderá estar a senhora vereadora da educação e o senhor Presidente da Junta que melhor podem esclarecer essas alterações, se assim os senhores deputados entenderem. Referente a esta revisão do Contrato-Programa com a escola profissional de Alte, ela está bastante consubstanciada nos documentos que estão na vossa posse, nomeadamente os apoios ao nível dos transportes escolares, os apoios ao nível da estrutura de custos administrativos que esta escola necessita por parte do seu acionista maioritário, que é a Câmara Municipal de Loulé, e outras atividades, nomeadamente na parte da modernização tecnológica que aliás também é um dos programas que a própria Câmara Municipal tem com várias escolas do concelho, no qual a escola profissional de Alte não sai e, portanto, entra também nesta lógica de modernização administrativa e tecnológica e, portanto, este é o Contrato-Programa, já com a previsão para o ano 2021, ano findo do mandato autárquico e por isso a proposta está para vossa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

apreciação e aprovação, estando completamente ao dispor para qualquer esclarecimento que queiram formular».

Pediu o uso da palavra, o **Deputado Carlos Costa (PS)**, «para dizer que é uma proposta que veio como todas as outras, veio da Câmara Municipal. Eu queria era só para que no enunciado das propostas que vêm, o interesse dela, foi aprovada por unanimidade pelo executivo municipal da Câmara Municipal de Loulé?

Quanto ao assunto em si, ele é importante, é uma escola que está sedeadada no interior e ela, a escola profissional de Alte, ela tem feito um trabalho relevante e daqui, enfim, desta Câmara, um cumprimento aos alunos, aos professores, ao corpo docente e discente para os alunos também, e a importância desta escola continuar a fazer o seu trabalho no interior».

Pediu o uso da palavra, o senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Alte (António Martins)**, que começou por cumprimentar todos os presentes e dizer que quer «apenas deixar aqui uma palavra, porque da importância das alterações que têm acontecido na escola profissional de Alte e da importância deste Contrato-Programa.

Na verdade, é um bocadinho mais do que o nosso colega Carlos Costa disse sem deixar de ser realidade, porque é muito importante a escola profissional de Alte no contexto do interior algarvio e não apenas do nosso concelho, porque tem alunos de todos os concelhos à volta, mas sobretudo esta alteração na qual a Câmara Municipal de Loulé, a Junta de Freguesia de Alte e a própria direção da escola se empenhou no último ano, tem mais que ver do que com a escola, do que com a cooperativa da escola profissional. Para quem não sabe, a escola profissional de Alte, é uma cooperativa cujo cooperando maioritário é obviamente a Câmara Municipal de Loulé, o segundo é a Junta de Freguesia de Alte, a In Loco também tem uma parcela e os outros cooperantes são cerca de dezassete ou dezoito cooperantes individuais.

O que acontece, é que a alteração que foi feita nos estatutos, na própria estrutura orgânica desta cooperativa, tem que ver com reforçar fortemente o papel de intervenção da cooperativa naquilo que é a economia do interior, e é dito que estamos a falar ao falar deste orçamento, deste e do próximo ano, porque, neste momento, a cooperativa não tem apenas como objeto social a educação, mas a valorização social, económica, ambiental e patrimonial do interior algarvio, e nesse sentido, neste momento, a cooperativa pode finalmente formalizar e pôr em prática todo o saber que a escola tem construído ao longo destes últimos vinte e oito anos, nomeadamente na transformação de produtos locais, na exploração de percursos pedestres e de natureza, no apoio à agricultura local e na comercialização de produtos locais. Tudo isso está previsto neste momento nos novos estatutos, fazendo com que a cooperativa se torne um chapéu de chuva suficientemente grande para, esperemos e acho que está no bom caminho, vir a incentivar e dinamizar muitíssimo não só a educação, mas a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

partir da educação toda a economia do interior algarvio. Assim, eu julgo que antes de mais a escola profissional cooperativa e escola estão de parabéns, mas também todos os cooperantes, nomeadamente a Câmara Municipal, a Junta de Freguesia, a associação In Loco e os cooperantes individuais. Pois a partir de agora, julgo que a cooperativa sofreu uma verdadeira revolução, terá ferramentas para dentro de poucos anos se tornar um instrumento fundamental no desenvolvimento do interior algarvio». -----

Ficou com o uso da palavra, o senhor **Vice-Presidente, Pedro Pimpão**, «já agora a título informativo, porque fui questionado pelo senhor deputado do PS Carlos Costa, a proposta foi votada por unanimidade em reunião de Câmara, é uma informação adicional». -----

Passou-se à votação; -----

j)- **Proposta 51/2020- Autorização Prévia dos Compromissos Plurianuais, nos termos da alínea c) do artigo 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, na redação atual e a aprovação do Contrato-Programa com a Escola Profissional de Alte, nos termos do n.º 5 do artigo 47º da Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto, na redação atual; [Proposta da Câmara Municipal n.º 1562-2020] (plataforma smartgov.cm-loule.pt); foi aprovada por unanimidade.**-----

Passou-se ao ponto seguinte;-----

k)- **Proposta 52/2020- Alteração aos Compromissos Plurianuais relativos à Empreitada de "Intervenção na Igreja Matriz de Loulé", conforme estabelecido na alínea c) do nº1 do artigo 6º da Lei nº8/2012, de 21/02, na redação atual; [Proposta da Câmara Municipal nº1578-2020] (plataforma smartgov.pt);**-----

Ficou com o uso da palavra, o senhor **Vice-Presidente, Pedro Pimpão**, para dizer que «esta proposta é simples e fácil de explicar, de qualquer forma, sempre disponível para qualquer questão. Que tem a ver com o compromisso plurianual para o ano 2022 que não estava previsto em orçamento e por isso o ano 2022 tem que ser autorizado para esta Assembleia. Por isso consta da proposta que tem encargos já a nível de 2020, 2021 e 22 que não estava previsto e, portanto, tem a ver com esta alteração de prolongamento para o ano 2021 da conclusão da empreitada». -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Pediu o uso da palavra, o **Deputado Rogério Rochinha (BE)**, que cumprimentou todos os presentes. «Em relação a isto, embora isto seja uma questão técnica apenas, parece-me que é isso que vem aqui atrás, a nossa posição continua a ser a mesma em relação à questão das obras da igreja, e o dinheiro que se está a gastar lá, porque continua a ser património do estado mais rico do mundo e continuamos a achar que deviam participar também nas obras da igreja, desta e de outras quaisquer. Isto deve ser só uma questão técnica, mas é só uma pergunta, porque é a diferença entre 1 milhão de euros e os 943.000€».-----

Pediu o uso da palavra, o **Deputado Mário Botelho (PSD)**, que começou por cumprimentar todos os presentes e dizer que não é que tenham «alguma divergência contra o investimento, contra o valor que se aplica neste património, que ao fim ao cabo é um património também do município, mas só queria deixar como nota de rodapé, o facto de algum dos senhores nomeadamente da bancada do Partido Socialista, dizerem-se laicos, mas quando toca a apoiar a igreja, tal como disse aqui o meu antecessor orador, regularmente um dos estados mais ricos do mundo, estamos cá prontos para ajudar. É isto que é na realidade às vezes um pouco controverso, é porque por um lado sempre somos laicos não gostamos da igreja, mas quando há a igreja, quando nos convém, de facto salta o pé para a dança e então vamos nós, mas obviamente nós não temos qualquer oposição, não temos qualquer dúvida quanto ao valor que a proposta pega, que é nomeadamente de realçar e salvaguardar o património que é também do município».-----

Pediu o uso da palavra, o senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Alte (António Martins)**, «venho apenas solicitar a Câmara Municipal por esta iniciativa, realmente não tem nada que ver com sermos laicos ou não, tem que ver com um grande respeito pelo nosso património e pela nossa história.-----

É verdade que o Algarve infelizmente não tem sido reconhecido de há anos para cá por um grande respeito ao património que tem. Gostemos ou não, laicos ou religiosos, as igrejas e sobretudo a igreja matriz de Loulé faz parte do nosso património arquitetónico, e merece e deve ser preservado, não só por questões religiosas, mas por questões culturais, patrimoniais e turísticas. Portanto, muito obrigado, é o tipo de iniciativa que independentemente de sermos laicos teremos sempre que ter, porque o património é obviamente responsabilidade de nós todos».-----

Pediu o uso da palavra, o **Deputado Carlos Costa (PS)**, para dizer que «no âmbito desta proposta que mais uma vez veio aprovada por unanimidade da Câmara Municipal, complementar o que o meu camarada de bancada já afirmou, o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alte. O nosso compromisso com os cidadãos, não tem a ver com questões religiosas, é uma igreja que foi definido aqui o património e o valor



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

patrimonial da igreja e o valor histórico, e o nosso comportamento e a nossa maneira de estar, é de atendimento do que é as tradições e a fé dos nossos concidadãos. Se fosse uma mesquita fá-lo-íamos da mesma forma do apoio ao edifício, porque tem um valor patrimonial e histórico tal como tem a igreja matriz de Loulé».-----

Pediu o uso da palavra, o **Deputado Rogério Rochinha (BE)**, «só para dizer uma coisa em relação a esta questão. Não ponho em causa o valor patrimonial, o valor histórico da igreja, tudo isso, não ponho nada disso em causa, não é isso para mim que está em causa, é uma questão de princípio em relação a esta igreja, qualquer outra igreja, em relação a uma mesquita. Achamos que também a igreja devia participar nesta ou noutra obra qualquer, não tem nada a ver com isso. Por isso, muito obrigado».-----

Pediu o uso da palavra, o **Deputado Sebastião Emídio (PSD)**, que começou por cumprimentar todos os presentes e dizer que «é mais um pedido de esclarecimento do que propriamente ir discutir as razões que levam a Câmara a fazer recuperação do edifício, porque sempre foi apanágio da Câmara Municipal de Loulé, independentemente de quem lá está, intervir na recuperação do património. Nós recuperámos o mercado municipal, o cinema, enfim, uma série de património, aliás, adquirimos o próprio cinema que não era da Câmara, mas não é isso que está em causa. O que eu queria que fosse explicado, se fosse possível, é qual é a razão da demora do início da obra. Há mais, eu não sei, de talvez dois anos, três anos que a igreja matriz de Loulé se encontra encerrada sem qualquer tipo de atividade, com a consequente perturbação para os fieis, para a igreja, para os concertos que lá se realizavam, que no fundo também era um palco importante para a música clássica e, portanto, porquê só agora é que se diz que se vai iniciar a obra. No fundo, era isto que eu pretendia, se me pudessem explicar agradecia, se faz favor».-----

Pediu o uso da palavra, o **Deputado Joaquim Vairinhos (PS)**, que cumprimentou todos os presentes «a questão não se coloca na defesa do património e no apoio ao património, a questão coloca-se quanto a mim na questão patrimonial do que é o património igreja da matriz e todas as outras igrejas -que existem no concelho de Loulé, nós consideramos como património. Não sei até que ponto é que caberá à Câmara contribuir exclusivamente, segundo me parece, para a recuperação desse património que não é património da Câmara, nem património municipal. Portanto, a minha questão é saber quanto é que já se gastou nessa obra e quando é que o bispado gastou nessa obra».-----

Pediu o uso da palavra, o **Deputado António Farrajota (CDS)**, que começou por cumprimentar todos os presentes e dizer que «o concelho de Loulé tem aproximadamente entre 50 a 60.000 habitantes.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

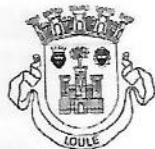
Quando um executivo é eleito, tem por obrigação servir a população do concelho. Portanto, tem por obrigação defender os interesses da população, quer sejam católicos, quer sejam ateus, quer sejam muçulmanos, quer sejam de qualquer outra religião. Tradicionalmente, nós somos um país de cristãos. -----

Acontece que a igreja matriz faz parte do património do concelho e nós não vemos nenhum motivo para que possamos rejeitar uma ajuda quando necessária e pela incapacidade que a paróquia tem de executar a custos próprios, as obras necessárias. Por isso nós não temos a ver absolutamente nada contra com o auxílio que é prestado, acho antes, sim, que é uma obrigação e é para isso que a Câmara também serve». -----

Ficou com o uso da palavra, o senhor **Vice-Presidente, Pedro Pimpão**, «respondendo às questões diretamente, referindo antes de mais que estamos a falar de um monumento nacional classificado, e por isso, a Câmara Municipal em qualquer monumento nacional, não olha para o lado e não intervém no património que deve ser salvaguardado naquilo que é a lógica e estratégica da Câmara Municipal. Neste sentido, o investimento que foi feito, é aquele que está a ser proposto pela segunda vez a esta Assembleia, e esta questão por uma questão de alteração dos compromissos plurianuais que tem a ver essencialmente com duas situações, ou seja, o atraso como foi aqui questionado por vários deputados, tem a ver com não só o visto prévio por parte do tribunal de contas e por isso teve que ser respondida a várias questões, aliás como muitos procedimentos concursais que temos na Câmara Municipal e bem como tiveram que ser retirados os retábulos, o que demorou também algum tempo do ponto de vista do lançamento do projeto e por sua vez do concurso. -----

A alteração do valor tem a ver com isso mesmo, ou seja, com ajustamentos que tiveram que ser feitos, nomeadamente para o lançamento do concurso público, e por essa razão e por esse atraso, resvalou para 2022 esta mesma situação em termos de execução, e por isso dizer tal como foi referido inicialmente pelo senhor deputado e Presidente da Junta de Freguesia de Alte, estamos a falar de um monumento nacional de património histórico e cultural que deve ser salvaguardado acima de tudo para também salvaguardar a nossa própria identidade e a nossa própria história para podermos ficar com ela». -----

Pediu o uso da palavra, o **Deputado Joaquim Vairinhos (PS)**, para dizer que gostava que o senhor Vice-Presidente lhe respondesse «qual é o valor estimado para a recuperação que está a ser feita na igreja da matriz, e gostava de saber qual é a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

comparticipação do dono desse património, que é o bispado. Essas são as minhas duas perguntas, mas não está aqui em causa é se somos ou não somos, se somos isto ou se somos aquilo. O que está aqui em causa, é que a Câmara está a fazer e está a investir dinheiro em obras que não são do seu património, e o dono desse património não participa, ou participa?» -----

Ficou com o uso da palavra, o senhor **Vice-Presidente, Pedro Pimpão**, para dizer que «a responsabilidade da obra é totalmente da Câmara Municipal de Loulé, pelo valor que até o próprio deputado Rogério Rochinha já transmitiu, 943.000€ como está na própria alteração da proposta de compromissos plurianuais. Espero ter respondido». -----

Pediu o uso da palavra, o **Deputado Joaquim Vairinhos (PS)**, para dizer que só «quer saber qual é a participação do bispado na recuperação da igreja da matriz». -----

Ficou com o uso da palavra, o senhor **Presidente da Assembleia**, para dizer ao senhor deputado que «o senhor Vice-Presidente já respondeu a essa pergunta, dizendo que a obra era da total responsabilidade do município de Loulé». -----

Interveio o **Deputado Joaquim Vairinhos (PS)**, para dizer que «era isso que queria agora a confirmação». -----

Pediu o uso da palavra, o **Deputado Abel Matinhos (PS)**, que cumprimentou todos os presentes. «Eu penso que todos nós temos que fazer aqui uma reflexão e saúdo as palavras do senhor deputado Joaquim Vairinhos.. -----

Penso que no atual contexto, a igreja católica apostólica romana, tem sido negligente, e repito negligente, na gestão dos seus ativos patrimoniais, deixando-os muitas vezes ao abandono e, portanto, para salvaguardar o espaço público e para salvaguardar o património que é de todos, o património cultural, é imperativo que as câmaras municipais intervenham para melhorar e para a preservação deste mesmo património. Porém, penso que o estado é laico e, portanto, não deve e não pode interferir na religião, mas é algo para todos nós refletirmos, a negligência da igreja católica apostólica romana, para com o seu próprio património e que tem que ser o poder político a gerir e a preservar este mesmo património para não haver sérias



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

consequências a nível cultural e mesmo sérios danos humanos que possam ocorrer, devido a pessoas que passam lá ao pé, ou coisas deste género».

Pediu o uso da palavra, o senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Alte (António Martins)**, «gostaria apenas de dizer que estou chocado com algumas afirmações que oigo. O património sobretudo este património arquitetónico e histórico, cultural também, não é da igreja, é nosso, é da comunidade, o património é de nós todos. É verdade que é utilizado, nominalmente é da igreja, mas não estamos a falar da casa do senhor pároco, estamos a falar de um monumento que é um monumento comunitário, construído há muitos séculos atrás e que faz parte da história, da arquitetura e da malha urbana de Loulé. Mais, é uma mais-valia em termos turísticos. Ou pensam que só os cristãos é que entram naquela igreja? E todos os turistas que, não neste ano, mas nos outros anos lá entram, não contribuem para dinamizar a economia de Loulé? E isso não é importante? E se nós não tivéssemos património nenhum? Ou não vamos também restaurar os castelos, porque eram militares e os militares é que deviam restaurar, ou não vamos restaurar os Banhos Islâmicos, porque são islâmicos e se calhar Marrocos é que devia cá vir restaurar. Não, meus senhores, desculpem, o património é de nós todos, e nós temos que fazer o possível por mantê-lo, preservar a nossa identidade, a nossa história e não estar com... é verdade, pertence à diocese, mas a diocese não quer ou não tem dinheiro, então a comunidade tem que se sobrepor a isso e preservar aquilo que é a nossa memória, a nossa identidade».

Passou-se à votação;

k)- Proposta 52/2020- Alteração aos Compromissos Plurianuais relativos à Empreitada de "Intervenção na Igreja Matriz de Loulé", conforme estabelecido na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21/02, na redação atual; **[Proposta da Câmara Municipal n.º 1578-2020]** (plataforma smartgov.pt); foi aprovada por maioria, com 32 votos a favor e 2 abstenções, 1 do Deputado Rogério Rochinha (BE) e 1 do Deputado Joaquim Vairinhos (PS).

Passou-se ao ponto seguinte;

l)- Proposta 53/2020- Informação Semestral do Auditor Externo, sobre a situação económica e financeira, emitida pelo Auditor Externo, nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 77.º, da Lei n.º 73/2013 de 3 de Setembro na redação



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

atual; [Proposta da Câmara Municipal n.º 1535-2020] (plataforma smartgov.cm-loule.pt); foi apreciada-----

O senhor **Presidente da Assembleia**, informou que esta informação não carecerá de deliberação.-----

Ficou com o uso da palavra, o senhor **Vice-Presidente, Pedro Pimpão**, «só mesmo para cumprimentar o nosso revisor oficial de contas, que foi aqui aprovado por esta Assembleia, o Dr. Raul Fernandes, e estar disponível para qualquer esclarecimento que tem esta informação semestral as contas da Câmara Municipal de Loulé». -----

Ficou com o uso da palavra, o senhor **Presidente da Assembleia**, para informar que «o Dr. Raul Fernandes, a pedido próprio e também com a concordância da Câmara Municipal, pediu para poder aceder a esta parte da reunião, ele está a participar na reunião, só podendo intervir, claro, caso a Câmara Municipal assim o entenda, ou a pedido expresso dos membros da Assembleia». Não havendo intervenções por parte dos senhores deputados, passou-se ao ponto seguinte da ordem de trabalhos.-----

m)- **Proposta 54/2020- Não-Aceitação da Transferência de Competências** no âmbito do Decreto-Lei n.º 21/2019 de 30 de Janeiro, que prevê a transferência das competências para os órgãos municipais e das entidades intermunicipais **no domínio da Educação**, nos termos do n.º2 do art.º76.º, do Decreto Lei n.º21/2019, [Proposta da Câmara Municipal n.º 1663-2020] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

Ficou com o uso da palavra, a **Vereadora Ana Machado**, que começou por cumprimentar todos os presentes e dizer que «esta proposta, consubstancia na realidade uma, não será tanto uma não aceitação, é um protelar da aceitação da transferência de competências, que serão aceites em março de 2022. -----

Dizer que não será este facto que nos vai obstar que continuemos a desempenhar com todo o fervor as nossas competências no âmbito da educação e que me encontro à disposição para qualquer questão».-----

Pediu o uso da palavra, o **Deputado Rogério Rochinha (BE)**, «como em relação à alínea anterior, que mantivemos a nossa posição, já a tínhamos declarado quando esta verba foi aprovada para a restauração da igreja. Nesta também mantemos a nossa posição,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

como mantivemos em relação a outras, vamos votar favoravelmente esta proposta, porque efetivamente não achamos muita graça à questão da municipalização de alguns serviços que deveriam e devem continuar a ser universais, porque não queremos que existam educações diferentes, ou existam saúdes diferentes, ou coisas do género. Por isso, iremos votar favoravelmente esta proposta». -----

Pediu o uso da palavra, o **Deputado Mário Botelho (PSD)**, para dizer que «queria colocar uma pergunta ao senhor Vice-Presidente, ou à senhora vereadora Ana Machado, não sei se esclareceram, posso não ter ouvido bem. Embora seja obviamente uma decisão do executivo e claro que nós apoiamos, porque esta é uma decisão política, porque conhecem a realidade desta pasta, gostaria que a senhora vereadora Ana Machado nos indicasse qual era a razão de uma não aceitação, tendo passado para 2022 a decisão da aceitação, provavelmente será o término». -----

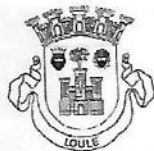
Ficou com o uso da palavra, a **Vereadora Ana Machado**, «senhor deputado Mário Botelho, então cumpre rapidamente esclarecer o seguinte». -----

Dizer que não é a aceitação das competências que nos vai fazer trabalhar de outro modo. Por outro lado, houve como sabe uma circunstância que alterou em muito toda a dinâmica de trabalho, quer da educação, quer da saúde, que se chama pandemia, e houve que priorizar trabalhos e competências. Aceitação da competência significava fazer mais e muito melhor, mas muito mais mesmo, projetos que estão elencados mas que ficaram um bocadinho preteridos por força do trabalho que tem sido desenvolvido também nas escolas e que veio alterar toda esta dinâmica. -----

Assim, preferimos no âmbito da educação, dar segurança, continuar a trabalhar como temos trabalhado bem com esta nova variante e ir preparando com esta nova variante a aceitação das competências e aceitá-las em 2022». -----

Passou-se à votação; -----

m)- **Proposta 54/2020- Não-Aceitação da Transferência de Competências** no âmbito do Decreto-Lei n.º 21/2019 de 30 de Janeiro, que prevê a transferência das competências para os órgãos municipais e das entidades intermunicipais **no domínio da Educação**, nos termos do n.º2 do art.º76.º, do Decreto Lei n.º21/2019, [Proposta da Câmara Municipal n.º 1663-2020] (plataforma smartgov.cm-loule.pt); foi **aprovada por maioria**, com 28 votos a favor, 24 (PS), 1



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

(BE) e 3 (PSD) e 6 abstenções (1 do CDS e 5 do PSD).-----

Passou-se ao ponto seguinte;-----

n)- Informação sobre a Prorrogação do Prazo do Procedimento de Alteração do Plano de Pormenor na modalidade específica do Plano de Intervenção em espaço rural do Barranco do Velho (PP PIERBV); [Proposta da Câmara Municipal nº1428-2020] (plataforma smartgov.pt);-----

o)- Informação sobre a resolução de expropriar no âmbito da Unidade de Execução "Eixo a Norte/Nascente de Loulé e urbanização adjacente"; [Proposta da Câmara Municipal nº1625-2020] (plataforma smartgov.pt);-----

Ficou com o uso da palavra, a **Vereadora Heloísa Madeira**, que começou por cumprimentar todos os presentes e dizer que «a prorrogação do prazo deve-se ao facto de, por várias alterações nos programas de apoio a intervenções nestes espaços, o procedimento não ter sido concluído e então propõe-se a prorrogação por prazo máximo. Tal como da outra vez já foi aqui explicado, as prorrogações dos prazos para conclusão das revisões ou alterações dos planos, só podem ser prorrogados por uma única vez, e é isso que nós fazemos, tendo a percepção de que este com certeza será concluído em menos tempo do que aquele que está aqui previsto. A prorrogação é só por uma questão de segurança, porque apenas pode ser prorrogado por uma única vez».

Pediu o uso da palavra, o **Deputado Rogério Rochinha (BE)**, para «perguntar à senhora vereadora, acho que este é um processo já bastante antigo, mas isso, eu tinha aqui uma pergunta que era também saber, esta prorrogação por 24 meses que é pedida, de facto pode não aprovar de facto, mas também tem a ver alguma coisa com as alterações que houve além como houve com a questão da prorrogação pedida para o PDM? A pergunta é só essa».

Ficou com o uso da palavra, a vereadora da Câmara Municipal de Loulé **Heloísa Madeira**, para dizer que não.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Ficou com o uso da palavra, a **Vereadora Heloísa Madeira**, para explicar que «este também é um assunto que é para dar conhecimento à Assembleia Municipal da proposta que foi aprovada em reunião de Câmara de 18 de novembro de resolução de expropriação no âmbito da unidade de execução do eixo Norte nascente de Loulé e da urbanização adjacente. -----

Fazendo aqui um ponto de situação das parcelas e o porquê desta resolução de expropriar, tenho aqui um quadro simples de apreciação, que é a totalização das declarações de adesão de proprietários neste momento à unidade de execução das parcelas já adquiridas pela Câmara no âmbito das propostas e da negociação particular que foi realizada com os vários proprietários e as declarações de intenção de venda à Câmara Municipal no âmbito desse processo, mas cujas escrituras por algumas razões, a maior parte delas burocráticas, ainda não foram concretizadas. -----

Este quadro reúne cerca de 75% da área total abrangida pela unidade de redução, pelo que esta resolução de expropriação, irá incidir em cerca de 25% dessa área e como veem aqui, são as parcelas assinaladas a amarelo que irão ser objeto desta resolução de expropriação. Terá um período de negociação particular com os proprietários, no sentido de se chegar a um acordo. -----

Há muitas probabilidades de chegarmos a acordos com a esmagadora maioria destes proprietários, até porque muitos deles, não conseguimos ainda chegar a acordo, porque se trata de empresas que se encontram em processos de insolvência, em que os créditos estão em entidades bancárias, em que há hipotecas envolvidas e tudo isso tem alguns problemas ao nível burocrático que atrasa, e esta situação da pandemia também não ajudou nas negociações e nos timings da negociação. -----

Estas parcelas que estão aqui, representam cerca de 25% da área total de atividade de execução, e o valor da avaliação para essa expropriação, cifrou-se de acordo com a avaliação do perito em 810.549,72€. -----

Próximos passos. A maior parte dos proprietários já recebeu a notificação de resolução de expropriação, que é acompanhada de uma proposta de aquisição por via do direito privado, pelos valores propostos nos relatórios de avaliação levados a cabo pelo perito oficial, e eu chamo a atenção que isto é muito importante, porque a proposta inicial da Câmara, tem um valor superior a este, porque não sei se se recordam, a Câmara Municipal, para facilitar as negociações e as conversações com os proprietários, majorou esta avaliação. -----

Agora, tal como manda a lei das expropriações, o valor é o valor da expropriação tal como está. Estamos disponíveis para negociar, mas se avançarmos para a expropriação,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

o valor que consta é o valor do relatório de avaliação que foi levada a cabo por um perito oficial independente. -----

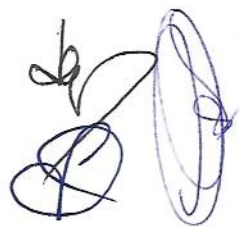
Posteriormente a isso e na sequência da deliberação de Câmara suprarreferida e após o período previsto para a aquisição das parcelas por via do direito privado, que eu creio como já disse que será frutífero, e no sentido da resposta desses proprietários, vai ser requerida a declaração de utilidade pública da expropriação à tutela, tal neste caso será a secretaria de estado da modernização e administração, no sentido de ser possível a concretização dos objetivos propostos aquando da delimitação da unidade de execução. Este é um dos casos em que a expropriação não é determinada por esta Assembleia Municipal, é determinada pela tutela do governo, pela entidade do governo que tutela esta área. -----

Como notas finais, quero recordar que estamos a falar de uma delimitação de uma unidade de execução com uma área de cerca de 10 hectares mais ou menos, 98.980 metros quadrados, em que tem prevista já em si uma área destinada a equipamentos de utilização coletiva com uma área de 3.300 metros quadrados, uma área destinada a espaço público sejam eles arruamentos, espaços verdes e ciclovias, uma nova visão de cidade com 44.000 metros quadrados e uma área destinada a lotes para a edificação com 51.600 metros quadrados, em que a área de construção a atribuir a estes lotes, a esta área de terreno, é idêntica, é igual, é um para um, de 51.600 metros quadrados. No âmbito desta unidade de execução, serão atribuídos lotes e área de construção ao município por via da perequação prevista na unidade de execução, 17.000 metros quadrados de área de construção. -----

Eu quero referir que esta perequação significa exatamente uma distribuição de benefícios e encargos entre os proprietários, a Câmara Municipal de Loulé e entre todos os intervenientes. -----

Dos lotes que a Câmara já adquiriu fora do âmbito da perequação, acresce 4.150 metros quadrados de área de construção e das intenções de venda mais 1.063 metros quadrados. -----

Se o processo de expropriação for concluído até ao fim, teremos a crescer mais 9.800 metros quadrados de grosso modo, o que quer dizer que o município ficará detentor de cerca de 32.114 metros quadrados de área de construção a afetar à estratégia municipal de habitação naquela área, e o município ficará ainda detentor de 3.300 metros quadrados de terrenos para equipamentos sociais e consegue-se uma concretização de uma nova frente de cidade aberta e infraestruturada de acordo com



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

os padrões exigidos pelas cidades do futuro, com ciclovias, com zonas verdes, com zonas pedonais, com praças para convívio. -----

O investimento previsto por parte da Câmara Municipal para esta operação, é cerca de 4.732 milhões de euros e que inclui execução de todas as obras de infraestruturas relativas ao eixo viário e à urbanização e também ao equipamento das linhas de alta tensão que atravessam este terreno com os valores da expropriação».-----

Pedi o uso da palavra, o **Deputado Rogério Rochinha (BE)**, «uma primeira pergunta já foi respondida pela senhora vereadora, que eu queria falar da questão da utilidade pública se já tinha sido requerida ou não, já foi respondido, por isso sobre essa questão já estou esclarecido.-----

Agora, referir que de facto, nós temos a mesma posição que tivemos depois do novo desenho da unidade de execução, é uma nova unidade de execução em relação à primeira que aqui apareceu, e com algumas explicações que a senhora vereadora deu, na nossa opinião mais reforça essa ideia de que é uma nova unidade de execução.

Agora, duas questões que eu gostaria de saber. Esta verba, se tiver que haver expropriação que são 810.549,72€, se são encargos que terão que ser inscritos no plano plurianual de investimentos para 2021? Primeira pergunta. -----

A segunda questão é esta. Por aquilo que eu sei, existem negociações com proprietários, e já não estou a falar da unidade de execução, mas digamos que é falar de expropriações também. Em relação à circular Norte, existem negociações com proprietários que eu saiba, e em relação à questão por exemplo da estrada de Vale do Lobo, não sei, a senhora vereadora confirmará, vai ter tempo para confirmar isso, e se não houver no caso de Vale do Lobo, é uma pergunta que eu faço, se há ou não negociações com alguns proprietários naquele caso, e se se pensa aplicar se não houver de facto negociações que vão a bom termo, se se pensa aplicar a mesma questão para resolver o problema da circular e a questão de Vale do Lobo».-----

Ficou com o uso da palavra, o senhor **Vice-Presidente, Pedro Pimpão**, «só para referir que o valor da expropriação já está compromissado».-----

Ficou com o uso da palavra, a **Vereadora Heloísa Madeira**, «relativamente à primeira questão colocada, é uma questão financeira que o senhor Vice-Presidente estava a responder, mas tal parte é necessário para a resolução ir a reunião de Câmara que esse montante esteja compromissado e é isso que estão já compromissados estes



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

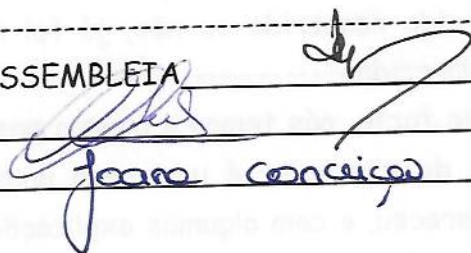
810.000€. Não sou eu que estou a assumir as negociações relativamente, nem à circular Norte, nem à estrada de Vale do Lobo, mas com certeza esse será o caminho se não se chegar a bom porto com as negociações de direito privado, e com certeza com obras desta dimensão, algumas expropriações serão necessárias para a concretização da obra». -----

A Sessão foi dada por terminada e nada mais havendo a registar, foi lavrada a presente Ata, que depois de discutida e aprovada será assinada nos termos legais e regimentais.-----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

A 1ª SECRETÁRIA

A 2ª SECRETÁRIA


João Conceição